



## COOPERATIVISMO AGRÍCOLA: UMA PRÁTICA COLETIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NOS PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL

### AGRICULTURAL COOPERATIVISM: A COLLECTIVE PRACTICE FOR SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT IN WEST AFRICA COUNTRIES

### EL COOPERATIVISMO AGRÍCOLA: UNA PRÁCTICA COLECTIVA PARA EL DESARROLLO SOCIOECONÓMICO EN LOS PAÍSES DE ÁFRICA OCCIDENTAL

Nelson José Thesing<sup>1</sup>  
Argemiro Luís Brum<sup>2</sup>  
Marcel Metogbe<sup>3</sup>

#### RESUMO

A pesquisa tem por objetivo verificar o potencial do cooperativismo agrícola na África, para responder a insuficiência alimentar, indicado pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), criada em 1975, por 15 países africanos. Se por um lado há a insegurança alimentar, de outro, a esperança na produtividade, na organização cooperativista, fortalecendo a estrutura presente nos países da referida Comunidade, com 158.640 empregos diretos, 5.937 indiretos e 467.735 trabalhadores autônomos. Significa que esse movimento aponta esperanças para promover a efetiva organização de cooperativas agrícolas, na luta contra a insegurança alimentar, na geração de trabalho e renda. Para responder essa realidade, a pesquisa conta com a abordagem qualitativa, de natureza descritiva, bem como a verificação de dados secundários e documentais. Dentre os resultados obtidos com o estudo, está a necessidade de um cooperativismo, liderado pelos agricultores, em um processo de autogestão, visando reduzir a pobreza e fortalecer o desenvolvimento socioeconômico na África.

**Palavras-chave:** Organização de produtores rurais. Segurança Alimentar. Trabalho e renda.

<sup>1</sup>Doutor em Integração Regional – Universidade Federal de Pelotas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUI - Mestrado e Doutorado. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Ijuí. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: [nelson.thesing@unijui.edu.br](mailto:nelson.thesing@unijui.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7123-0717>.

<sup>2</sup>Doutorado em Economia. Professor do Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação. Integra o Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Ijuí. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: [argelbrum@unijui.edu.br](mailto:argelbrum@unijui.edu.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8763-9514>

<sup>3</sup>Mestrando em Desenvolvimento Regional PELA Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Ijuí. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail [metogbemrcel@gmail.com](mailto:metogbemrcel@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3716-9585>

## ABSTRACT

The research aims to verify the potential of agricultural cooperatives in Africa, to respond to food shortages, indicated by the Economic Community of West African States (ECOWAS), created in 1975, by 15 African countries. If, on the one hand, there is food insecurity, on the other, the hope of productivity, in the cooperative organization, strengthening the structure present in the countries of that Community, with 158,640 direct jobs, 5,937 indirect jobs and 467,735 self-employed workers. It means that this movement points to hopes to promote the effective organization of agricultural cooperatives, in the fight against food insecurity, in the generation of jobs and income. To answer this reality, the research relies on a qualitative approach, of a descriptive nature, as well as the verification of secondary and documentary data. Among the results obtained with the study is the need for cooperatives, led by farmers, in a process of self-management, aiming to reduce poverty and strengthen socio-economic development in Africa.

**Keywords:** Organization of rural producers. Food Security. Work and income.

## RESUMEN

La investigación tiene como objetivo verificar el potencial de las cooperativas agrícolas en África, para responder a la escasez de alimentos, señalada por la Comunidad Económica de Estados de África Occidental (CEDEAO), creada en 1975, por 15 países africanos. Si, por un lado, existe la inseguridad alimentaria, por otro, la esperanza de productividad, en la organización cooperativa, reforzando la estructura presente en los países de esa Comunidad, con 158.640 puestos de trabajo directos, 5.937 indirectos y 467.735 autónomos trabajadores. Significa que este movimiento apunta esperanzas de promover la organización efectiva de las cooperativas agrícolas, en la lucha contra la inseguridad alimentaria, en la generación de empleo e ingresos. Para responder a esta realidad, la investigación se apoya en un enfoque cualitativo, de carácter descriptivo, así como en la verificación de datos secundarios y documentales. Entre los resultados obtenidos con el estudio está la necesidad de cooperativas, lideradas por agricultores, en un proceso de autogestión, con el objetivo de reducir la pobreza y fortalecer el desarrollo socioeconómico en África.

**Palabras clave:** Organización de productores rurales. Seguridad alimentaria. Trabajo e ingresos.

**Como citar este artigo:** THESING, Nelson José; BRUM, Argemiro Luís; METOGBE, Marcel. Cooperativismo agrícola: uma prática coletiva para o desenvolvimento socioeconômico nos países da África Ocidental. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 179-198, 27 maio 2022. DOI: [https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2\(DossieCooperativismo\).3654](https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2(DossieCooperativismo).3654)

**Artigo recebido em:** 13/04/2021

**Artigo aprovado em:** 02/05/2022

**Artigo publicado em:** 27/05/2022

## 1 INTRODUÇÃO

Cooperativas são alternativas socioeconômicas, de organização e funcionamento, de um empreendimento coletivo e comunitário. Esse fenômeno mereceu destaque, em nível mundial, no ano de 2012, ao ser apontado como uma organização para mitigar a pobreza, indicada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Este reconhecimento confirma a contribuição do cooperativismo na luta contra a pobreza, da integração social e do desenvolvimento de todos os setores da economia, incluindo a agricultura (LAFLEUR, 2012).

No entanto, o movimento cooperativista, apresenta grandes desafios na África, estando presente na agenda da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), como uma área que conta baixo nível de qualificação profissional, que necessita de um forte processo educacional, da organização dos agricultores, para conquistar não só empreendimentos cooperativos, mas sim, contar com a autogestão, a governança nos empreendimentos coletivos.

O potencial do cooperativismo na África conta com um elevado número de agricultores no continente, que podem recorrer a este tipo de associativismo. No entanto, em um mercado de alta competição, o cooperativismo necessita contar com políticas públicas para fortalecer o setor. Significa, que a conjugação de esforços, de iniciativa pública e comunitária, poderá auxiliar na implementação dos meios de produção, na qualificação do quadro de sócios, na organização cooperativa, em uma sociedade tão desigual.

Portanto, tem-se presente a realidade da sociedade africana, especialmente ao perseguir as investigações em organizações de produtores, para estruturar a formação de cooperativas, bem como de grupos, clubes de agricultores, comunidades de aldeia, para atender os desafios socioeconômicos, enfrentados pela população rural africana. No entanto, as disparidades decorrentes das reformas legislativas nacionais, empreendidas no setor cooperativo desde o período colonial, particularmente nos países da zona oeste da África, deram origem a corpos normativos, muitas vezes desatualizados, inclusive inadequados para a criação e expansão de cooperativas (NATIONS UNIES, 2012).

Conseqüentemente, significa que a necessidade das cooperativas agrícolas, na redução da pobreza na África Subsaariana, é um objeto de estudo ainda não suficientemente amadurecido e sistematizado, especialmente pelos profissionais que atuam nos governos, que deveriam ser atores no desenvolvimento das cooperativas. No entanto, esses profissionais admitem que as cooperativas agrícolas representam um potencial significativo para a redução da pobreza, às vezes mais eficaz do que outras formas de organização econômica (BIRCHALL, 2003).

Para Develtere (2009), as cooperativas agrícolas podem reduzir os custos de transação para os membros que enfrentam mercados incompletos e insuficientemente informados, especialmente para boa parte dos agricultores. Assim, as cooperativas agrícolas podem responder de forma significativa a essa demanda que pode contribuir na redução da fome na África. Especialmente porque, segundo Siqueira (2019), a busca pela igualdade entre os cooperados está expressa na legislação das cooperativas, onde toda a sobra é distribuída de forma igualitária aos mesmos.

Além disso, como modernos instrumentos de cooperação e solidariedade, as cooperativas agrícolas oferecem novos mecanismos de proteção social que complementam as instituições tradicionais. Essa “proteção social”, entendida como um conjunto de mecanismos

de segurança, proporcionados para o quadro de sócios, bem como, para toda a comunidade, reforça Develtere (2009), passa a ser uma estratégia importante para reduzir a insegurança social.

Entretanto, conforme alertam Ramborger *et al.* (2019), o processo de globalização da economia, as mudanças no cenário econômico nacional e o aumento da competitividade global exigem que as cooperativas revejam suas estratégias e estruturas administrativas constantemente, visando aumentar a sua eficácia e competitividade para alcançarem bons resultados, sem esquecer de avaliar constantemente suas estratégias de gestão, em especial as relacionadas à comercialização dos produtos, pois o volume de venda tem uma relação direta com o preço de venda estabelecido. Ou seja, para se alcançar a solidariedade e os ganhos sociais desejados, não basta apenas constituir uma cooperativa. É fundamental saber gerenciá-la, levando-se em consideração os desafios econômicos e mercadológicos que a envolvem.

Neste contexto, o objetivo da pesquisa é compreender e apresentar a importância das cooperativas na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, como mecanismos indispensáveis no desenvolvimento agrícola, bem como socioeconômico. Justifica-se o mesmo pela necessidade de se melhor conhecer a realidade econômica e de organização dos produtores rurais africanos, presentes na região de estudo, a fim de se compreender se a estratégia cooperativista pode ser um caminho de melhoria do comércio de seus produtos, elevando o bem-estar social regional.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esse espaço apresenta uma breve análise do referencial teórico existente em torno dos principais construtos que formam o presente artigo.

### 2.1 COOPERATIVA

A cooperativa tem sido objeto de muitas e variadas definições de acordo com os tempos, lugares e concepções socioeconômicas. No entanto, existe um consenso sobre os contornos do conceito e os princípios, especialmente de seu significado etimológico “cooperar” vem do latim “*cum operare*” que significa “trabalhar ou agir em conjunto”. É, nesse sentido, existem várias formas de colaboração humana para um objetivo comum, traçado na história (FREY OLIVIER, 2013).

No entanto, os princípios cooperativos, como entendidos hoje, se desenvolveram e verdadeiramente se estruturaram, foi a partir do século XIX, graças aos Pioneiros de *Rochdale*. Esse processo de ascensão, provocado pela Revolução Industrial, faz da classe trabalhadora, empobrecida (tecelões de flanela na cidade de *Rochdale*, Inglaterra), decidiram unirem seus recursos em uma sociedade comum de abastecimento chamada ‘*Rochdale Society of Equitable Pioneers*’, criada em 28 de novembro de 1844, como uma alternativa nesse novo ambiente econômico (FREY OLIVIER, 2013).

Tratava-se de montar uma estrutura gerida de forma coletiva e equitativa para a venda de mantimentos e roupas, a fabricação dos produtos mais essenciais para os associados,

implementar o poder aquisitivo e, em última instância, gerar excedentes reinvestidos na construção de moradias convenientes para os sócios, bem como para sua formação e desenvolvimento intelectual. Por fim, o objetivo era fundar uma colônia interior que seja autossuficiente e que ajude outras sociedades a criar colônias semelhantes (FREY OLIVIER, 2013). Portanto, o processo de organização associativo, conta com as orientações do Direito Internacional Cooperativo Público, conforme estabelecido pela *Internacional Cooperative Alliance (ACI)*, e retomada pelas diretrizes gerais das Nações Unidas relativas ao estabelecimento de um ambiente propício ao desenvolvimento de cooperativas, bem como pela Recomendação N°193 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O âmbito vinculativo destas disposições foi debatido, embora não sejam vinculativas per se, essas disposições são agora, fundamentalmente reconhecidas, por quase todas as Legislações Cooperativas, levando a fazer desta *soft law* a estrutura positiva para governar qualquer sociedade cooperativa que compartilhe os valores e princípios cooperativos estabelecidos em nível internacional (OIT, 2002).

Assim, na busca de responder por que os seres vivos cooperam, Khamis, Kamel e Salichs (2007), destacam os seguintes objetivos da cooperação: a cooperação para alcançar metas individuais ou comuns; cooperação para a distribuição de tarefas; cooperação para divisão do trabalho; cooperação como forma de evitar conflitos; cooperação para receber o máximo de recompensa; cooperação para integração de sistema; cooperação para manter a funcionalidade do sistema; cooperação para coordenação do sistema; cooperação para aquisição e compartilhamento de conhecimento e informação; cooperação para tomada de decisão coletiva; cooperação para formação de inteligência coletiva.

Para Estivalet (2007), a cooperação pode ser considerada uma estratégia para a geração de vantagem competitiva para as organizações. Em se tratando das atividades agrícola, no momento em que as organizações deste setor estão se dando conta das possibilidades da cooperação, certamente isso poderá fortalecer a agricultura na África.

No entanto, para Balestrin e Verschoore (2008), as organizações, em geral, não detém todas as competências necessárias para o desenvolvimento das suas atividades estratégicas. Por isso, a colaboração de parceiros pode ser uma opção para complementar competências. Transpondo para um tipo particular de organização, que são as cooperativas, estas mesmas concepções parecem serem válidas, especialmente quando os atores sociais necessitam contar com as políticas públicas para fomentar o espírito associativo.

Assim, a sociedade cooperativa agrícola, poderá se transformar em uma organização com plena personalidade jurídica, distinta de outros associativismos voluntários, de lazer e esporte, enquanto um empreendimento que busca a sustentabilidade socioeconômica de seu quadro associativo, bem como da comunidade onde está inserida.

Já as cooperativas na África, tem suas origens em modelos importados, projetados principalmente para servir a interesses externos, mesmo assim, elas se tornaram uma das principais formas de organização econômica e social popular para a redução da pobreza. No entanto, o seu funcionamento ao longo das décadas foi influenciado por pelo menos cinco modelos diferentes, fortemente marcados, mas não exclusivamente, pelas tradições coloniais no continente, nomeadamente o modelo cooperativo unificado, o modelo de economia social, o modelo de movimentos, social, o produtor modelo e o modelo indígena (IBRAHIM, 2016).

No início da década de 1990, em qualquer que seja a orientação, quase todas as cooperativas criadas, em países que estavam condicionadas, por esses modelos unificados, passam ser clientes dependentes do Estado. De acordo com a maioria dos estudos sobre cooperativas africanas até a década de 1990, o fraco desempenho dessas estruturas deveu-se em parte a essa relação de dependência do Estado, que as impedia de funcionar como verdadeiras empresas cooperativadas (IBRAHIM, 2016).

## 2.2 HISTÓRIA DAS GERAÇÕES DE COOPERATIVAS NA ÁFRICA OCIDENTAL

Na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental é indispensável o fortalecimento das atividades agrícolas, as quais necessitam contar com as políticas públicas, para ampliar a produtividade, a segurança alimentar e as oportunidades de emprego. Para além, tem-se presente que esse desenvolvimento da agricultura dialoga com outras atividades, com outros setores, bancos, seguros, mídia, governança, transporte e gestão de logística. Os indivíduos, empresas públicas e o setor privado têm papéis importantes a desempenhar no setor agrícola (FAO BENIN, 2018).

O setor agrícola na África enfrenta muitos desafios, impostos pelas mudanças climáticas, perda de biodiversidade, seca, desertificação, aumento dos preços dos alimentos e cadeias de abastecimento ineficientes. Assim, a disponibilidade, a acessibilidade e aplicabilidade dos resultados das pesquisas agrícolas são essenciais para abordar uma série de questões de segurança alimentar (FAO BENIN, 2018). Portanto, é importante ter presente que a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), criada em 1975, é um agrupamento regional, constituído por 15 países africanos, cuja missão é promover a integração econômica (em particular, agricultura, indústria, transporte, telecomunicações, energia, recursos naturais, comércio, questões monetárias e financeiras, questões sociais e culturais) (CEDEAO, 2015).

Assim, com o objetivo de fazer da agricultura, uma alavanca da integração regional, os Estados Membros da CEDEAO adotaram, na reunião de Paris, quando da análise sobre a Política Agrícola Regional da África Ocidental, em 2008, um documento denominado ECOWAP. Esse documento é de suma importância para agricultura, essencial para as economias nacionais e regionais, na implementação das políticas públicas, na geração do trabalho e renda, na segurança alimentar das populações. Significa, que o setor agrícola desempenha uma função econômica, contribui com 35% para a formação do Produto Interno Bruto regional. A agricultura também desempenha um papel fundamental na luta contra a pobreza e a insegurança alimentar (CEDEAO, 2015).

Dada a importância estratégica da agricultura, esse setor é marcado por diversos sistemas, entre eles, as cooperativas na zona da África Ocidental. Significa que é importante compreender a cultura da região, que muda de uma região para outra, de um país para outro, porém, a cultura cooperativa tem sua trajetória histórica de construção do movimento cooperativo, das cooperativas, tanto nos aspectos internos quanto externos (DEVELTERE PATRICK, 2009).

Por sua vez, o Direito Cooperativo, entendido em sua conotação contemporânea, está presente no continente africano desde a época colonial. O sistema cooperativo preexistia no continente, pelos modos tradicionais de organização, como o sistema de "tontinas",

"comunidades aldeãs", "grupos" etc. A diferença com o conceito atual de cooperativa reside no fato de que esses modos tradicionais de organização e ajuda mútua não eram tão formalizados em termos de estruturação econômica e jurídica, quanto a moderna sociedade cooperativa, mas resultavam da mobilização de populações de forma ad hoc ou ocasional destinada a servir os interesses de seus membros (DEVELTERE PATRICK, 2009).

Portanto, a introdução da estrutura cooperativa, em sua forma ocidental, foi fruto da colonização. O número de cooperativas criadas durante este período representa a "primeira geração" na história do movimento cooperativo africano (THÉO GNING, 2014). Antes, as sociedades indígenas de previdência, socorro e mútuos agrícolas (SIP), já existiam no Norte de África (Argélia e Tunísia), e foram adaptadas na África Ocidental, principalmente no Senegal.

Em um segundo momento, o movimento cooperativista foi estendido às demais colônias francesas do continente negro. A sua implantação foi facilitada pelas formas de ajuda mútua identificadas nas zonas rurais e praticadas por certas etnias senegalesas, como os "Sérères" e os "Diolas", com a constituição de "celeiros de reserva" destinados a prevenir a escassez de sementes (milho, sorgo, arroz) em tempos de guerra ou conquista (GENTIL DOMINIQUE, 1986)

Registra-se que as primeiras sociedades eram em grande parte geridas pelas autoridades públicas em nome da administração colonial, tanto no seu funcionamento (liberdade de filiação frequentemente reduzida ou mesmo inexistente) e na tomada de decisões (participação camponesa limitada, papel consultivo do conselho de administração, direção imposta pela administração); o que foi um obstáculo à iniciativa cooperativa e contrário aos princípios de independência, universalmente reconhecidos, como autogestão. Essa constatação levou alguns autores, como Dominique Gentil (1986), a afirmar que essas sociedades não são cooperativas enquanto tal, no que se refere ao controle da administração, mas podem ser consideradas como experiências inovadoras no campo do associativismo, ou pré-cooperativas que podem evoluir com o tempo para verdadeiras cooperativas.

No entanto, tem-se presente a interferência do poder público na criação e no desenvolvimento das cooperativas, mesmo após a Independência, com normas jurídicas, muitas vezes modeladas na legislação colonial, seja fielmente ou de forma mais ou menos revisada com sempre a mesma lógica de controle dessas estruturas pela administração. São cooperativas de segunda geração (THÉO GNING, 2014). Ainda segundo autor, marcada por uma aposta importante, por parte das autoridades, na agricultura e, portanto, nas cooperativas agrícolas, com o objetivo de revitalizar a economia e a construção de novos Estados independentes.

Enfim, na prática, as autoridades têm reforçado os incentivos à criação de cooperativas (apoios financeiros, acesso a insumos), mantendo em troca um forte envolvimento na gestão dos assuntos destas, a ponto de torná-las instrumentos sujeitos a ditames políticos, imperativos econômicos e ideológicos.

Consequentemente, a promoção de cooperativas iniciada pelos Estados independentes, promovida pelos incentivos, criou uma multiplicação de cooperativas, sem real apoio ou supervisão e sem real educação cooperativa dos agricultores, até então afastados do funcionamento desses modos de organização. Gentil (1986, p.120) fala de "quebrar do equilíbrio entre a realização imediata [da ânsia de ver os programas de desenvolvimento rural realizados pelo maior número de cooperativas] e a formação aprofundada dos cooperadores".

Desta forma, para que as cooperativas cumpram o objetivo que lhes é atribuído, para aumentar a produção agrícola, foram colocados sob supervisão do Estado. Isso impedia qualquer iniciativa dos associados dentro das cooperativas e neutralizava, ao mesmo tempo, todas as iniciativas concorrentes de reagrupamento passíveis de constituir freios e contrapesos ao controle do Estado (THÉO GNING, 2014).

Deste modo, surge uma semelhança entre as políticas cooperativas da era colonial e pós-colonial, caracterizada pela negação da liberdade econômica e social das cooperativas e, portanto, um obstáculo ao desenvolvimento de cooperativas autênticas e viáveis nos vários estados da África Ocidental. A estratégia de instrumentalização das cooperativas, primeiro pela administração colonial, depois pelos novos Estados independentes, explica em parte a rejeição dessa forma de organização social compartilhada por muitos agricultores, ainda hoje (DEVELTERE PATRICK, 2009).

Em síntese, esta é a razão pela qual o movimento cooperativo emergente a partir dos anos 1990, tentará rejeitar a herança colonial, criando estruturas colocadas sob o selo da independência e do serviço voluntário. São cooperativas da chamada terceira geração. Significa, que alguns estados da África Ocidental (nove)<sup>4</sup>, tiveram que conceder mais autonomia às cooperativas, em um contexto de atualização dessas estruturas em nível internacional. Essa reavaliação está ligada, em parte, às consequências dos programas de ajuste estrutural no setor agrícola. Os programas implementados na África no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990 pelas instituições de Brettons Woods, levaram ao desligamento dos Estados da supervisão da agricultura.

A princípio a Declaração de Princípios Cooperativos da ACI, datada no final da década de 1990, bem como as Recomendações da OIT e das Nações Unidas sobre o papel das cooperativas na revitalização econômica, adotadas no início dos anos 2000, fazem parte deste movimento de liberalização, e acima todos apresentam a necessidade de um quadro jurídico e institucional conducente ao seu desenvolvimento.

No entanto, a rapidez desse processo desestabilizou os atores econômicos, abandonados à própria sorte. Henri Hagen (2012, p.7) afirma que “depois de décadas de interferência nos assuntos cooperativos e enquanto as condições de vida dos mais desfavorecidos em muitos países estão piorando, o Estado não pode se retirar instantânea e completamente”.

### 2.3 SEGURANÇA ALIMENTAR

O principal objetivo da revitalização do setor agrícola, entre os países membros da CEDEAO, é conquistar a autossuficiência e a segurança alimentar, para o bem-estar da comunidade. Assim, passa a ter centralidade o conceito de segurança alimentar, que surgiu pela primeira vez, na Conferência Mundial de Alimentos de 1974, após a crise global de alimentos causada pelo rápido aumento dos preços. A definição adotada nesta ocasião é que segurança alimentar consiste em ter em todos os momentos um nível adequado de produtos básicos para

---

<sup>4</sup> Os estados membros da CEDEAO que adotaram legislação cooperativa de terceira geração são Burkina Faso, Camarões, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Guiné, Mali, Níger, Senegal e Chade.



atender o crescimento do consumo e atenuar as oscilações de produção e preços (BANQUE MONDIALE, 2008).

Essa concepção de segurança alimentar baseada essencialmente no abastecimento alimentar conseguiu, a partir do trabalho de Amartya Sen (1981), sobre a fome, uma abordagem mais global, baseada na noção de direito de acesso à alimentação. Esta nova abordagem confere um lugar de destaque à acessibilidade alimentar. A ideia é que mesmo quando o abastecimento alimentar é suficiente, algumas famílias podem ter acesso limitado aos alimentos em função das condições comerciais desfavoráveis ou meios insuficientes.

Desde então, a definição de segurança alimentar geralmente usada tem sido mais ampla. De fato, em sua definição reformulada, segurança alimentar é a possibilidade de cada indivíduo ter acesso, a qualquer momento, a alimentos seguros e nutritivos, permitindo-lhe levar uma vida saudável e ativa (REPUBLIQUE DU BENIN, 2015).

Para Hoskins (1990), segurança alimentar é definida como a possibilidade física e econômica de acesso de todos e em todos os momentos aos produtos alimentares. Já para a FAO BENIN (2019, p.10) “A segurança alimentar existe quando todos os seres humanos têm, em todos os momentos, acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para capacitá-los a atender às suas necessidades de energia e preferências alimentares para alcançar uma vida saudável e ativa”.

Esta definição implica quatro dimensões: a disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente; estabilidade de abastecimento; acessibilidade física e econômica dos alimentos e qualidade nutricional. (Quadro 1)

Quadro 1 – As quatro dimensões da segurança alimentar

Disponibilidade	Está relacionada ao “lado da oferta” da segurança alimentar e é determinada pelo nível de produção de alimentos, níveis de provisões e comércio líquido. A disponibilidade de alimentos significa que, em média, a oferta deve ser suficiente para atender às necessidades de consumo.
Estabilidade	A estabilidade envolve a minimização do risco de que, durante anos ou estações difíceis, o consumo de alimentos caia abaixo do limite de consumo necessário.
Acessibilidade	A acessibilidade visa chamar a atenção para o fato de que, mesmo com suprimentos abundantes, muitas pessoas ainda passam fome porque são muito pobres para produzir ou comprar os alimentos de que precisam.
Qualidade Nutricional	A utilização está relacionada há como o corpo otimiza os vários nutrientes encontrados nos alimentos. Boas práticas de cuidado e alimentação, preparação de alimentos, diversidade dietética e distribuição de alimentos dentro da família resultam em ingestão adequada de energia e nutrientes. Isso além de um bom aproveitamento biológico dos alimentos consumidos, e determina o estado nutricional dos indivíduos.

Fonte: elaborado pelos autores com base em FAO Benin (2019).

A adoção de medidas eficazes, contra a insegurança alimentar, permitirá aos Estados enfrentar o desafio da autossuficiência alimentar que, segundo Gérard e Frédérie (1996), é definida como a capacidade de um país ou região para suprir suas necessidades alimentares a partir de sua própria produção.

Assim, a segurança alimentar difere da soberania alimentar, sendo esta um princípio crucial para a garantia de segurança alimentar e nutricional. A mesma diz respeito ao direito que tem os povos de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir. Soberania alimentar significa garantir a soberania dos agricultores e agricultoras, extrativistas, pescadores, entre outros grupos, sobre sua cultura e sobre os bens da natureza (MARTINS, 2007).

Assim, o desenvolvimento das cooperativas agrícolas contribui de forma decisiva para a melhoria da segurança alimentar. Suas funções são múltiplas, incluindo: aumentar a quantidade e a diversidade dos suprimentos alimentares; ser o motor da transformação econômica, bem como fornecer a principal fonte de renda para grande parte dos pobres. Numerosos estudos empíricos, cobrindo vários países, ao longo de um grande número de anos, mostram que é necessário, tanto o desenvolvimento agrícola, quanto o crescimento da economia como um todo, para melhorar a segurança alimentar (FAO BENIN, 2019).

## 2.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Ao buscar a compreensão do processo de desenvolvimento nos países da CEDEAO, tem-se presente o momento decisivo, da urgência de discussões, da implementação de políticas agrícolas, um movimento essencial, para evidenciar o potencial e a importância do setor agrícola, como um ambiente indispensável para o desenvolvimento econômico. Para Rostow (1997), o desenvolvimento econômico, é resultado da conquista do crescimento econômico por um longo período.

Já em Berg e Whitaker (1990), os ensinamentos indicam que os problemas do desenvolvimento africano devem ser vistos em função dos seguintes objetivos: aceleração da taxa de crescimento da produção, aumento do número de empregos oferecidos no país, erradicação dos sinais mais alarmantes de pobreza, incluindo subnutrição e doenças, e finalmente desaceleração das taxas de crescimento populacional. Isso significa que na realidade não podemos falar de desenvolvimento sem envolver o setor agrícola.

Portanto, para Rostow (1997), a revolução agrícola caracteriza a decolagem econômica de uma nação, que resulta em desenvolvimento econômico. Assim, a necessidade de uma boa política agrícola é indiscutível para provocar essa decolagem econômica e alcançar o desenvolvimento socioeconômico, com a presença de cooperativas agrícolas.

Em Schneider (2015), os empreendimentos cooperativos, comprometidos com a agricultura, já são e podem ser considerados, cada vez mais, meios de construção de uma economia e de uma sociedade sustentável. Para Sabourin (2006), o comprometimento da agricultura, com o desenvolvimento sustentável, está presente na Agenda 21 no Brasil, uma vez que a agricultura cumpre funções relevantes no desenvolvimento do país. Assim, esse processo passa a qualificar o setor agrícola, com impactos no setor industrial e, nos serviços do comércio. Por conseguinte, na geração de trabalho e renda, aspectos do desenvolvimento que precisarão ser afetados para fazer os ajustes necessários para uma economia próspera (REPUBLIQUE DU BENIN, 2015).

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo busca alertar para a importância do cooperativismo para uma região africana conhecida como Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, cuja situação geográfica se encontra na figura 1, a seguir.

Figura 1 – Localização da CEDEAO no Continente Africano



Fonte: CEDEAO

O delineamento da pesquisa conta com a abordagem qualitativa, de natureza descritiva. Utilizou-se de bibliografia nacional e internacional, assim como documentos produzidos pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental e, também, pelo governo do Benin. Realizou-se, igualmente, coleta de dados relacionados à realidade da África Ocidental, junto à ONU, FAO, CEDEAO e República do Benin, em particular a partir dos anos de 1980, com ênfase nas duas últimas décadas (2000-2019). Enfim, a pesquisa conta com o desenvolvimento epistemológico construtivista (SACCOL, 2009).

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A agricultura é um setor estratégico para o crescimento econômico, especialmente para às populações com alto grau de insuficiência alimentar, na busca de um processo inclusivo e com oportunidades para melhorar a subsistência das populações em risco de pobreza. Melhorar a produtividade e a renda dos pequenos agricultores familiares, é a chave para o desenvolvimento socioeconômico. Assim, estudos indicam que a agricultura é cerca de quatro vezes mais eficiente do que outros setores no aumento da renda das populações em risco (BANQUE MONDIALE, 2008). No entanto, junto às comunidades rurais, para que a agricultura avance como um instrumento de bem-estar social torna-se importante organizar os produtores em cooperativas. Através das mesmas, eles têm maiores condições de acessar os mercados de insumos e de consumo de seus produtos, melhorar seus processos de comercialização, em busca de preços melhores e, por consequência, de renda mais significativa, além de melhor distribuírem os resultados econômicos, tornando o processo socialmente mais

igualitário. No entanto, em muitas regiões do mundo, a criação e desenvolvimento de cooperativas dinâmicas não é uma tarefa fácil. É o caso encontrado na região da CEDEAO, na África.

#### 4.1 PRINCIPAIS OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DINÂMICAS NA ZONA DA CEDEAO

Buscar a compreensão da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, na área do cooperativismo, significa em um primeiro olhar, entender as principais causas do fracasso das cooperativas agrícolas, especialmente a falta de atenção dos Estados africanos perante o setor. Os governos até agora não conseguiram entender a importância da agricultura moderna, a produção em grande escala, o florescimento da economia local. A agricultura nunca esteve verdadeiramente conectada com a indústria moderna. No entanto, esta é a base do desenvolvimento (africano): o desenvolvimento agrícola ligado ao desenvolvimento industrial.

Assim, se durante o período colonial a gestão das cooperativas estava exclusivamente sob a tutela do Estado, isso dificultava qualquer iniciativa dos cooperados no seio das cooperativas, de certa forma neutralizava, ao mesmo tempo, todas as iniciativas concomitantes de reagrupamento passíveis de constituir freios e equilíbrios para o controle do Estado, após a independência, o Estado se retirou completamente e não mais apoia os atores em iniciativas cooperativas (THÉO GNING, 2014).

Portanto a ausência do Estado, a falta de informação e qualificação profissional permanece um dos desafios para os agricultores africanos. Um grande número deles está privado de informação adequada, bem como da formação em boas práticas, novos métodos e tecnologias agrícolas mais avançadas. Alguns desses camponeses, localizados nas áreas mais remotas, não têm acesso a sinais de comunicação e de informação. Esse processo leva ao baixo nível de participação dos associados, existe a falta de participação, o não envolvimento dos associados nas cooperativas agrícolas. Essa fraca participação dos cooperadores na gestão da sua organização e o seu fraco espírito cooperativo constituem um dos principais obstáculos ao desenvolvimento das cooperativas agrícolas (FAO, 2019).

Não raro, a falta de apoio financeiro e humano (funcionários qualificados), pela ausência do Estado, das políticas públicas, passa a ser um problema fundamental no desenvolvimento das cooperativas agrícolas na África. Muitos países africanos não têm sistemas formais de apoio financeiro aos agricultores que lhes permitam desenvolver e manter a sua produção agrícola. A maioria das cooperativas, mesmo as que não estão endividadas, encontram grandes dificuldades para financiar seus projetos. Os riscos inerentes à atividade agrícola, os baixos rendimentos e as garantias exigidas combinam-se para criar uma situação de estagnação do investimento, que é, no entanto, a chave para aumentar a produtividade e valorizar os produtos (BALIÉ J., FOUILLEUX E. 2008).

Assim, na Europa, a atribuição de competências em nível regional, foi acompanhada por transferências de recursos financeiros e humanos muito significativo, para permitir o funcionamento em nível comunitário, com foi criado um corpo europeu de funcionários. Ao contrário, a falta de recursos financeiros, materiais e humanos mobilizáveis no sector agrícola, em nível regional e nacional, prejudica o funcionamento das cooperativas africanas. Por exemplo, a fragmentação da administração central na maioria dos países (um ministério para

água, um para pecuária, um para agricultura, um para florestas, um para desenvolvimento rural, etc.) leva a uma dispersão de recursos e não facilita a definição de uma visão comum e coerente do setor, nem da necessária coordenação nacional/regional (BALIÉ J., FOUILLEUX E. 2008).

Devido à falta de recursos humanos e financeiros suficientes, a informação circula mal e os atores estão mal preparados para o debate e a implementação de políticas. Esse processo aponta para atores sociais preparados, na área das atividades agrícolas, onde os líderes comunitários, os agentes públicos necessitam estarem qualificados para responder com políticas públicas adequadas para o desenvolvimento da agricultura e do cooperativismo.

Por conseguinte, faz-se necessário contar também com influência de especialistas externos, para auxiliar no desenvolvimento da agricultura. De certa forma, a situação africana conta com apoio de atores externos no processo de tomada de decisão. Nos países africanos, as cooperativas são patrocinadas por muitas instituições, incluindo o Banco Mundial, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), governos nacionais, igrejas, partidos políticos, indivíduos e organizações (DEVELTERE, 2009).

Portanto, os partidos políticos frequentemente tinham um relacionamento interdependente com as cooperativas para expandir sua influência política e disseminar sua ideologia. A população estava sob pressão, essencialmente de três tipos, para aderir a cooperativas: coerção direta, criação de uma situação de monopólio que privava de certas vantagens econômicas aqueles que decidiam se manter afastados e incentivos na forma de lucros prospectivos (FALL, 2005). Os doadores (FMI, Banco Mundial, UE em particular) intervêm tanto na disseminação de ideias econômicas ortodoxas (COUSSY, 1995) quanto nos processos de tomada de decisão política (BOSC, 2002).

A FAO, por exemplo, tem estado intimamente associada à redação de várias estratégias agrícolas comuns para os países africanos. Essa cooperação com doadores e organizações internacionais às vezes resulta em uma “exogenização” completa dos processos de formulação de políticas. Tal supervisão externa de análises e perícias na formulação de políticas agrícolas em África não promove a apropriação do debate pelas elites interessadas, nem o seu desenvolvimento na esfera pública, e impede o estabelecimento de fenômenos de aprendizagem e capitalização de experiências por parte dos atores (BALIÉ J., FOUILLEUX E. 2008).

Muitas vezes, essas estruturas reforçaram os padrões existentes de exploração e estratificação social ou introduziram novas desigualdades. Os pobres dificilmente estão envolvidos nos programas. As políticas gerais e o funcionamento das cooperativas africanas eram da responsabilidade dos funcionários, e não dos líderes oficiais das cooperativas. Este "intermediário" tem mais vantagens do que os funcionários da cooperativa. Percebe-se também a falta de inovação agrícola e grandes ganhos de produtividade (DEVELTERE, 2009).

Além disso, as redes rodoviárias são um pouco desenvolvidas entre os países, inclusive em área de produção agrícola. Boas estradas são necessárias para transportar os produtos para os mercados. Há falta de infraestrutura viária na região, as estradas que ligam as cidades aos grandes mercados estão em más condições. Este é um grande problema para a agricultura na África. Para além, a falta de sistemas de armazenamento adequados e eficientes, prova prejuízos, apodrecem produtos, como tomates, cebolas, vegetais verdes, etc. mesmo assim, as cooperativas africanas conquistaram avanços na busca autogestão, da autossuficiência.

## 4.2 UM PLANO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NA ÁFRICA OCIDENTAL

Ao se estudar o cooperativismo na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, busca-se entender o papel e o potencial de investimento destas empresas, o futuro das mesmas no setor agrícola e sua relação com o desenvolvimento econômico dos países. Esse olhar aponta um caminho de esperança, ao promover o cooperativismo, potencializar o surgimento de um sector cooperativo autônomo, dinâmico e profissional, com um lugar reconhecido na economia rural, nacional e regional. A autonomia e a identidade da cooperativa como empresa devem ser garantidas perante a administração pública e os sindicatos, e a regra ganha-ganha deve prevalecer entre o agricultor e a cooperativa (JAFFE, 1991).

Com base nessas propostas, a presente proposta é um plano em alguns pontos que permite uma cooperativa agrícola ser mais dinâmica (Quadro 2).

Quadro 2 – Alguns pontos que permitem uma cooperativa agrícola mais dinâmica

Fatores Condicionantes	Descrição
Melhorar subsequentemente e de forma decisiva o quadro jurídico e de incentivos	Retirar totalmente a noção de fiscalização da lei orgânica das cooperativas; Permitir que cooperativas criem subsidiárias de hospedagem investimentos em processamento primário e secundário, e até distribuição; Implementar mecanismos de financiamento e seguro adaptados aos agricultores e cooperativas; Estabelecer um fundo de fomento à inovação que sirva para incubar novas ideias e trazê-las para o mercado; Fortalecer os vínculos entre organizações profissionais e associações de microcrédito; Introduzir formas de arrendamento e aluguel rural que promovam o desenvolvimento e o investimento, protegendo os recursos naturais; Permitir a criação de novas formas de cooperativas, de economia familiar, permitindo, por exemplo, valorizar o fator fundiário para a produção e atrair investidores.
Investir na melhoria de cooperativas e avançar em reformas chaves	Desenvolver uma política real de receitas agrícolas, que pressupõe uma correção dos preços correntes e das políticas de comércio exterior, cujo saldo líquido aparentemente prejudica os produtores; Atualizar os sistemas de produção para restaurar sua sustentabilidade e competitividade, que agora estão comprometidas, e promover a inovação nos serviços aos agricultores.
Incentivar o estabelecimento de indústrias agroalimentares próximas às áreas de produção	Promover a criação de consórcios entre o setor privado e cooperativas por meio de incentivos fiscais e financeiros e facilidades de financiamento; Dentre esses investimentos, é necessário um esforço de organização dos setores para responsabilizar os atores.
Incentivar uma nova adesão à forma cooperativa por parte dos agricultores	Apostando mais nos sucessos locais e regionais: o sucesso do modelo cooperativo depende obviamente do contexto institucional criado pelos Estados e da sua política agrícola, mas também das iniciativas no terreno. Portanto, é essencial aproveitar os sucessos existentes, destacando esses sucessos e capacitando-os para que continuem a prosperar.
Reorientar o papel do estado em suas funções soberanas de arbitragem e facilitação	Separar claramente as cooperativas da ação pública: as cooperativas baseiam-se na solidariedade e, mais amplamente, nos valores cooperativos da economia social e solidária. Não deveriam ser janelas de distribuição de ajuda pública como era o caso no passado (e ainda é o caso hoje de alguma forma). Isso teve como consequência a disseminação da percepção da cooperativa como sendo um órgão público distribuidor ou uma empresa com desempenho precário, subsidiada e endividada.

A questão do financiamento é decisiva	As cooperativas devem atuar como intermediárias para os produtores agrícolas. Isso significa que eles devem permitir que o agricultor venda suas safras quando quiser, ou compre, em condições normais de crédito, os insumos necessários para sua produção. Esta função essencial da cooperativa não deve, no entanto, ser confundida com a do sistema financeiro.
---------------------------------------	---

Fonte: elaborada pelos autores, com base em Jaffe (1991).

Para além do conjunto de proposta apresentadas no Quadro 2, é importante promover a intercooperação, entre os dirigentes das cooperativas. Balestrin e Verschoore (2008) em seus estudos no campo da cooperação, ao estudar as redes de cooperação detectam que um dos fatores que pode fortalecer a interação, é uma rede de circulação os dirigentes comprometidos no campo da cooperação.

Assim, para Balestrin e Verschoore (2008), alguns instrumentos de integração dos empreendimentos cooperativados, ao estabelecer relacionamentos interorganizacionais promovem a integração entre os dirigentes, colaboradores das empresas (cooperativas), objetivando fundamentalmente, uma maior aproximação, interação e motivação entre os responsáveis pela implementação das ações coletivas; integração entre os empresários associados, neste caso, ao menos um encontro anual, objetivando socializar as melhores práticas desenvolvidas no grupo e incentivar novas ideias.

Para Axelrod (1984) uma das maneiras da cooperação mútua a ser promovida é através de interações mais duráveis e mais frequentes, visto que a interação é que fortalece a reciprocidade. Significa que interação faz com que os indivíduos vão conhecendo uns aos outros e reconhecendo o seu comportamento em longo tempo.

Além disso, Balestrin e Verschoore (2008) firmam que tanto nas empresas individuais, quanto em um relacionamento interorganizational, o comprometimento contratual dos participantes assegura o envolvimento das empresas, estabelecendo um conjunto de regras, direitos e deveres, facilitando assim, empreendimento de ações mais complexas. Quanto maior o grupo maior é a necessidade de acordos contratuais. No entanto, o contrato não deve seguir a rigidez das empresas tradicionais, mas sim, entendidos como uma plataforma inicial que irá confirmar os interesses comuns. São as constantes interações que criarão os procedimentos adequados a todos os integrantes comprometidos com os empreendimentos cooperativados.

Já para Jager (1992, p. 15) “há que se pensar no fortalecimento de organizações cooperativas por segmentos. Só assim, seriam criadas as condições de desenvolver orientação, auditoria, treinamentos, etc.” Estes serviços, por causa dos interesses homogêneos do segmento, seriam aceitos pelas bases.

Neste contexto, é preciso que os produtores rurais da CEDEAO, assim como todos àqueles que desejarem constituir uma cooperativa, levem em consideração os desafios existentes no mundo de hoje para que tais empresas venham a ter sucesso. Elenca-se aqui alguns pontos fundamentais a serem observados.

Em primeiro lugar, entender que o cooperativismo é um instrumento social, político e econômico que reúne pessoas de um segmento produtivo que buscam se fortalecer como seres humanos, tanto nas relações entre si quanto nas relações com o mercado. Em segundo lugar, considerar que a maioria das pessoas nele inseridas dificilmente conseguiria sucesso econômico, no mundo de hoje, sem estar cooperativada. Isso devido à enorme concorrência que

se instalou entre as diferentes cadeias produtivas mundiais, muitas delas dominadas por grandes grupos internacionais privados. Em terceiro lugar, ter a consciência de que participar de tamanho complexo socioeconômico é algo de grande importância, pois é praticamente a certeza de se manter ativo no sistema produtivo nacional, com ganhos sociais e de qualidade de vida crescentes, desde que a gestão da empresa cooperativa não seja temerária. Enfim, não ignorar que os desafios são imensos e constantes. Neste sentido, as organizações cooperativas têm desenvolvido e adotado novas estratégias e incorporado novas competências para atuar em ambientes de competitividade crescente.

Para além destes aspectos, torna-se importante conceber as cooperativas como empresas que se diferenciam das organizações tradicionais porque são criadas com o propósito de satisfazer às necessidades de seus associados. Porém, isso não pode ocorrer de maneira emocional, e sim de maneira racional, pensada, planejada. Medindo todos os pontos, a favor e contra. Afinal, a prática do cooperativismo em geral mostra que as pessoas que optam por ele, além de o fazerem pela solidariedade, a transparência, a democracia, a equidade e a promoção da justiça social, também o fazem para terem força coletiva para enfrentarem o ambiente econômico hostil, onde as empresas visam lucro e jogam as regras do mercado capitalista. Ignorar esta realidade é inviabilizar a empresa cooperativa, pois não há mais espaço para posturas “românticas”, centradas em ideais que nem sempre atendem aos desafios contemporâneos.

Assim, se a realidade africana, e particularmente a da região em estudo, indica que a reunião de seus produtores rurais em cooperativas pode ser um caminho para alavancar um melhor bem-estar social regional, ela não pode prescindir de levar em consideração os desafios econômicos que tal associativismo enfrentará. Ignorar este fato é um passo para que projetos positivos desta natureza venham a fracassar. E, depois de isso ocorrer, torna-se quase impossível recuperá-lo junto aos agentes que dele procuraram participar inicialmente.

Afinal, no caso das cooperativas, o capital é um meio para chegar aos seus fins que são, em particular: a inserção de seus cooperados no mercado competitivo; a melhoria constante do bem-estar de seus associados, condição básica para o desenvolvimento de uma região.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo cooperativo pode contribuir para a profissionalização do setor agrícola na África, auxiliando na conquista de uma melhor qualidade de vida, com a conseqüente ampliação da produção agrícola. Esse processo torna-se mais confiável, na medida em que apresenta resultados consideráveis para os agricultores e seus familiares. Esse movimento, na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, também necessita da presença das políticas públicas, para assim efetivar uma estrutura mais robusta no campo do cooperativismo.

Além disso, o apoio externo continua sendo essencial para desenvolver as capacidades das organizações cooperativas. Para tanto, os Estados deverão respeitar o espírito de reforma jurídica, garantindo a expressão da iniciativa comunitária e rompendo com práticas antigas que, de certa forma, desacreditaram o movimento cooperativo em diferentes países do mundo. Trata-se também de implementar uma estrutura clara e acessível para apoiar as conversões de grupos de produtores, em cooperativas. Neste contexto, dentro da realidade africana, o papel dos



doadores e das ONGs, que ali atuam no setor agrícola, continua sendo crucial, mas eles também devem ser qualificados para as novas exigências das cooperativas.

Neste quadro, terão de surgir novas e ambiciosas políticas públicas de apoio que permitam a expressão de todo o potencial do setor agrícola, nomeadamente através do apoio às cooperativas e às Organizações de Produtores no seu conjunto. A eficiência e capacidade de apoio dos Estados, e seus parceiros técnicos e financeiros, bem como os recursos que serão alocados, irão condicionar o avanço das cooperativas já existentes, e o sucesso de novas cooperativas agrícolas na África Ocidental.

Dentre os desafios está o de encontrar o equilíbrio entre o apoio do Estado ao setor cooperativo, evitando uma supervisão inadequada, e o necessário aumento do investimento público na agricultura, um setor altamente estratégico para o desenvolvimento dos países africanos. Igualmente encontra-se no fato de que a empresa cooperativa deve agir de acordo com a lógica econômica de mercado, para fora e para dentro de si, sendo que sua eficácia social está diretamente ligada à sua eficiência empresarial. Hoje, as cooperativas, no atual mundo socioeconômico, têm que encontrar o equilíbrio entre o econômico, o social e o político. Portanto, é um falso problema o conflito entre atender as demandas de mercado ou atender as expectativas individuais. A boa gestão cooperativa dá conta deste dilema, sabendo que o importante é estar inserida socialmente, na comunidade, e igualmente estar inserida no mercado de sua atuação.

Atualmente se vive em uma sociedade de modelos econômicos e sociais carentes de prosperidades e sustentabilidades. É neste espaço que entra a chamada economia colaborativa, trazendo os interesses da coletividade para o centro da discussão. É aí que se insere a doutrina e a prática cooperativista como um “novo” modelo de negócio global.

A partir destas considerações, as condições favoráveis ao estabelecimento de cooperativas funcionais terão um impacto benéfico sobre sua solvência e fortalecerão sua credibilidade perante seus parceiros econômicos, em particular instituições financeiras. Com melhor financiamento, as cooperativas poderão desenvolver serviços econômicos para seus associados e estimular a autogestão dos empreendimentos cooperativados.

Enfim, sugere-se, para futuros trabalhos, um aprofundamento do estudo em torno da realidade cooperativista africana em geral, e da CEDEAO em particular, buscando destacar as características específicas deste movimento em cada um de seus Estados Membros. Seria igualmente importante realizar um estudo comparativo entre a realidade cooperativista destes países africanos e de países sul-americanos, onde a prática da cooperação se desenvolve há bastante tempo e possui grande importância.

## REFERÊNCIAS

ANNÉE INTERNATIONALE DES COOPÉRATIVES. Disponível em <http://www.un.org/fr/events/coopsyear>. Acesso em: mar. 2021.

AXELROD, R. **The evolution of cooperation**. New York: Basic Books. 1984.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. **Redes de cooperação empresarial: estratégias de gestão na nova economia.** Porto Alegre: Bookman. 2008.

BALIÉ, J.; FOUILLEUX E. Politiques Agricoles Communes en Afrique. Promotion exogène ou appropriation paysanne?, *In: DARBON, D. (éd.). Les politiques publiques en Afrique.* Paris, Karthala, 2007.

BALIÉ, J.; FOUILLEUX, E. **Enjeux et défis des politiques agricoles communes en Afrique: une mise en perspective avec l'expérience européenne,** Presses de Sciences Po., 2008.

BANQUE MONDIALE, **L'agriculture au service du développement: nouvelles approches en matière de subventions aux intrants agricoles.** Rapport sur le développement dans le monde, 2008.

BIRCHALL J. **Rediscovering the cooperative advantage: poverty reduction through self-help,** University of Stirling, 2003.

BOSC, P. M., BERTHOMÉ, J., LOSCH, B.; MERCOIRET, M. R. Le grand saut des organisations de producteurs agricoles africaines: De la protection sous tutelle à la mondialisation. **Revue internationale d'économie sociale,** n. 285, 2002.

CEDEAO à 40 ANS. **Une évaluation des progrès vers l'intégration régionale en Afrique de l'ouest,** p.171. 2015.

COUSSY, J., Cheminements institutionnels et dynamique capitaliste dans l'intégration de l'Afrique australe, Représentations et projets en Afrique du sud et au Zimbabwe. **Les études du CERI,** n. 10, 1995

DAR, Es Salaam, **Afrique solidaire et entrepreneuriale: la renaissance du mouvement coopératif africain/Organisation internationale du Travail: OIT,** 2009

DEVELTERE, P., POLLET, I., WANYAMA, F. **L'Afrique solidaire et entrepreneuriale: la renaissance du mouvement coopératif africain,** Organisation internationale du travail (OIT), Genève, 2009.

ESTIVALETE, V. F. B. **O processo de aprendizagem em redes horizontais e varejista do agronegócio: do nível individual ao interorganizacional.** 2007. 269 f. Tese (Doutorado em Agronegócios). Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios. Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FALL, A. S. **Bricoler pour survivre.** Perceptions de la pauvreté dans l'agglomération urbaine de Dakar (Amsterdam, Bureau Grafische Producties, Université d' Amsterdam). 2005

FAO BENIN. **Stratégie nationale pour l'e-Agriculture au Benin 2020-2024,** 2019

FAO. **Tunisie: Quel avenir pour les coopératives agricoles?** Rome, 2001.

FREY, O., **Les coopératives agricoles: Identité, gouvernance et stratégies**, Editions Larcier, Bruxelles, 2013.

GENTIL, D. **Les mouvements coopératifs en Afrique de l'Ouest: intervention de l'Etat ou organisations paysannes ?**, Editions l'Harmattan, Paris, 1986.

GÉRARD, G.; FRÉDÉRIE, M. Pour une approche renouvelée et intégrée de la sécurité alimentaire. **Agroalimentaria**, n. 2. Jun. 1996.

HAGEN, H. **Guide de la législation coopérative**, 2012.

HOSKINS, M. La contribution des forêts à la sécurité alimentaire. **Unasyva**, n. 41, 1990.

IBRAHIM, A. **La coopérative agricole française et l'Afrique**, 2016.

JAFFE, G. **Cooperative development in South Africa**, in **South African Review**. 1991.

JAGER, W. **As cooperativas brasileiras sob o enfoque da moderna teoria da cooperação**. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras. 1992.

KHAMIS, A. M.; KAMEL, M. S.; SALICHS, M. A. Cooperation: concepts and general typology. *In: CONFERENCE PROCEEDINGS - IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEMS, MAN AND CYBERNETICS*, 2006, Madrid. **Anais...** Madrid, 2007.

LABONNE, M. L'autosuffisance alimentaire en question. *In: Nourrir les villes en Afrique sub-saharienne* Paris: L'Harmattan, 1985.

LAFLEUR, M. **Impact socio-économique des coopératives et des mutuelles**. Quand le passé inspire le futur: contribution des coopératives et des mutuelles à un monde meilleur, Québec: Institut de recherche et d'éducation pour coopératives et les mutuelles de l'Université de Sherbrooke, 2012.

MARTINS, P. R. Desenvolvimento recente da nanotecnologia no Brasil: reflexões sobre a política de riscos e impactos ambientais, sociais e econômicos em Nanotecnologia. *In: EMERICK, Maria C. et al. (orgs). Novas tecnologias na genética humana: avanços e impactos para a saúde*. Rio de Janeiro: Gestec, 2007.

NATIONS UNIES. Guidelines aimed at creating a supportive environment for the development of cooperatives adoptées en 2001 et élaborées par le Committee for the promotion and advancement of cooperatives (COPAC) composé des représentants de la FAO, de l'ACI et de la Fédération internationale des producteurs agricoles (IFAP), A/RES/54/123 et A/RES/56/114. 2012.

RAMBORGER, B.M. *et al.* **Ambientes competitivos dinâmicos e tomada de decisões ágil: competências para a sustentabilidade organizacional cooperativista**. Toledo (PR): IGEPEC, v. 23, n.2, p. 156-169, jul./dez. 2019.

RECOMMANDATION n°193 de l'OIT sur la promotion des coopératives, adoptée en 2002, 90- CRP23-285-Fr-Doc, 20 juin 2002.

REPUBLIQUE DU BENIN: **Plan Stratégique de Développement du Secteur Agricole (PSDSA)**, 2015.

ROBERT, J.B.; WHITAKER, J.S. **Stratégies pour un nouveau développement en Afrique**, Paris: Economica, 1990.

ROSTOW, W.W. **Les étapes de la croissance économique**. 3.ed. Paris: Economica, 1997.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 2, maio/ago. 2009.

SIQUEIRA, A.M. A importância do cooperativismo educacional para o desenvolvimento regional. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, PR, v.9, n. 1, p. 249-255, jan/jun. 2019.